
IDENTIDADES, MULTICULTURALISMO E BASES COMUNITÁRIAS PARA VIVÊNCIAS SOLIDÁRIAS NOS TERRITÓRIOS DE FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

IDENTITIES, MULTICULTURALISM AND COMMUNITY BASES FOR SOLIDARITY LIVING IN BRAZIL-BOLIVIA BORDER TERRITORIES

Tânia Paula da Silva¹
Vivian Lara Cáceres Dan²
Luciana Pinheiro Viegas³

RESUMO: Este artigo apresenta reflexões sobre as concepções e as práticas de solidariedade e cooperação, os conflitos vivenciados nas relações sociais e econômicas, culturais, étnicas, ambientais e das redes de sociabilidade constituídas pelos camponeses que vivem no território da faixa de fronteira Brasil-Bolívia, em específico nos assentamentos rurais que compõem o Município de Cáceres-MT. A pesquisa se apoia na técnica da observação e descrição somadas aos trabalhos de campo *in loco*. Há forte interação social entre as famílias camponesas que vivem no território da fronteira, principalmente no nível da coletividade, o que possibilita aos camponeses resistirem, se recriarem e se redefinirem de diferentes maneiras no território dos assentamentos rurais.

Palavras-chave: Assentamentos rurais. Camponeses. Fronteira. Interações sociais.

ABSTRACT: This article presents reflections on the concepts and the solidarity and cooperation practices, conflicts experienced in social and economic, cultural, ethnic, environmental and social networks formed by peasants living within the border region Brazil-Bolivia in particular in rural settlements that make up the municipality of Cáceres-MT. The research is based on the technique of observation and description added to the site in the field. There are strong social interaction between peasant families living in the territory of the border, especially at the level of the community, which enables farmers to resist, to recreate and redefine themselves in different ways in the territory of rural settlements.

Key words: Rural settlements. Peasants. Border. Social interactions.

INTRODUÇÃO

Este texto traz apontamentos de pesquisa do projeto “Configuração Socioprodutiva da Economia e Cultura Camponesa: análise da organização econômica e de capacidades de processos inovadores em três territórios de agricultura familiar” (aprovado pela

1 Professora Doutora do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da UNEMAT. E-mail: tanggela@bol.com.br

2 Doutoranda em Sociologia e Direito no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Professora Mestra no Curso de Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). E-mail: vivianlcaceresdan@gmail.com

3 Professora Doutora do Curso de Graduação em Turismo, Campus de Nova Xavantina e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNEMAT. E-mail: lucianapviegas@yahoo.com.br

Artigo recebido para publicação em julho de 2016 e aceito para publicação em novembro de 2016.

FAPEMAT, no período de 2014 a 2016). Assim sendo, nosso enfoque tem como eixo analítico às concepções e as práticas sociais de solidariedade e cooperação, os conflitos sociais vivenciados nas relações sociais e econômicas, culturais, étnicas, ambientais e das redes de sociabilidade constituídas pelos agricultores familiares que vivem no território da faixa de fronteira Brasil-Bolívia⁴, em específico nos assentamentos rurais que compõem o Município de Cáceres-MT.

Para abordar essa rede de sociabilidades, conflitos e relações vivenciadas pelos camponeses em territórios de fronteira, elegemos as seguintes categorias de compreensão dos dados inicialmente coletados na forma de questionários: identidade, fronteira, multiculturalismo, solidariedade. Entre os referenciais teóricos destacamos: Taylor, Cardoso de Oliveira, Pacheco de Oliveira, Pollak, Hall e Geertz.

O objetivo dessa abordagem é perceber as estratégias de resistência vivenciadas tanto individual quanto coletivamente em relação aos aspectos sociais, culturais e étnicos nos territórios dos assentamentos analisados, mapeando as redes de sociabilidades constituídas pelos camponeses para a sobrevivência e permanência na terra conquistada, como também para construir uma categoria analítica sobre a fronteira que reflita melhor essas relações e se traduza no que o cotidiano dessas pessoas estão apontando como importante e, assim, desconstruir estereótipos e preconceitos relacionados aos camponeses assentados e à região de fronteira.

Metodologicamente, estabeleceu-se a fundamentação teórica, expondo conceitos e análises referentes à vida camponesa e suas territorialidades e fronteira. Em seguida, são analisados os dados coletados *in loco* no território dos assentamentos rurais em Cáceres-MT, que compõem a faixa de fronteira Brasil-Bolívia. As observações realizadas durante nossa experiência profissional em trabalhos de extensão e pesquisa nos assentamentos rurais desta região fronteira também contribuíram para a análise da realidade efetivamente vivida pelos camponeses neste território. Por fim, tecemos algumas considerações problematizando as questões colocadas.

ASSENTAMENTOS RURAIS EM MATO GROSSO: breves considerações

Atualmente, no Brasil, em meio às discussões sobre a Questão Agrária, o que se tem de concreto são os assentamentos de Reforma Agrária. Estes são, em sua maioria, resultado de pressões dos movimentos sociais de luta pela terra e adotados oficialmente como meta/solução pelo governo para a sempre adiada Reforma Agrária.

Conceitualmente, os assentamentos rurais são entendidos como o “[...] ponto de chegada da luta camponesa no acesso à terra, ao mesmo tempo, seu ponto de partida e num processo contínuo de luta para a afirmação de sua sobrevivência e reprodução como classe social” (FELICIANO, 2006, p.113). Corroborando com esta análise Medeiros e Leite (1999) explicam que os assentamentos rurais são entendidos como:

[...]A ocupação e uso de terras para fins agrícolas, agropecuários e agroextrativistas em que um grupo de trabalhadores sem terra ou com pouca terra obteve a posse, usufruto e/ou propriedade sob a forma de lotes individuais e, em alguns casos, de áreas de uso e propriedade comuns, sendo o patrimônio fundiário envolvido resultante de processo de aquisição, desapropriação ou arrecadação pelo poder público e associado, de maneira explícita, pelos trabalhadores e/ou pelos agentes públicos, a processos de Reforma Agrária (MEDEIROS; LEITE, 1999, p. 279).

Tais áreas, de acordo com Medeiros, Sousa e Alentejano (1998) indicam uma tendência de (re)organização do espaço rural, pois:

[...] os assentamentos, apesar de seu pequeno número, quando considerada a dimensão do problema fundiário brasileiro, têm se constituído em um verdadeiro laboratório de experiências sociais e vêm dinamizando o debate sobre as perspectivas do meio rural brasileiro e possibilidades de novas alternativas de desenvolvimento. (MEDEIROS; SOUSA; ALENTEJANO, 1998, p.62).

No entanto, a concretização destas perspectivas requer a continuidade da luta, porém agora uma luta por políticas públicas voltadas para a pequena produção, por novas alternativas de renda, por novas formas de produção. Com base nesta luta que se estrutura o novo território, o território dos assentamentos e/ou dos camponeses assentados.

Em Mato Grosso, mesmo diante da barbárie do agronegócio brasileiro, que dia a dia enriquece apenas um pequeno grupo de pessoas, que são os grandes latifundiários exportadores de grãos, a política de reforma agrária do governo federal e estadual resultou na formação de um complexo conjunto de assentamentos de trabalhadores rurais, distribuídos por todas as regiões do Estado. São 583 que se localizam em todas as regiões e municípios do Estado, totalizando sete milhões de hectares destinados aos trabalhadores rurais, aproximadamente 95 mil famílias assentadas (NERA, 2008).

Segundo Moreno (2007) grande parte do total das áreas destinadas a esses projetos de assentamentos foi adquirida mediante o processo de desapropriação, dando prioridade as áreas conflitadas; outra parte foi adquirida mediante aquisição por compra.

Deste total, observa-se que o município de Cáceres apresenta o maior número de estabelecimentos de agricultura familiar no contexto dos municípios do Pantanal Norte⁵, são, na atualidade, 23 assentamentos de reforma agrária implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Tal fato se deve principalmente à disponibilidade de terras e ao processo de organização da estrutura fundiária do município, onde, devido ao sistema de acesso iniciado pelas sesmarias e à sazonalidade climática que propicia inundações periódicas, parcelas de terra não foram legitimadas em cartório, assim, ainda existem muitas terras devolutas; como também a luta e organização dos trabalhadores rurais de Cáceres e região, apoiados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o próprio Movimento dos Sem Terra (MST).

Assim sendo, os latifúndios no Mato Grosso, especificamente na região da Grande Cáceres, fronteira Brasil-Bolívia, passam a ceder lugar à agricultura camponesa e novas formas de vida e produção estão sendo efetivadas neste território. Com isso, tem-se então a luta pela permanência na terra, pela via do acesso aos recursos governamentais de crédito e infraestrutura para produção e organização do trabalho e da vida na terra, como também a construção de alternativas de reprodução que envolve ações/atividades mais solidárias e mais adequadas ecologicamente.

OS ASSENTAMENTOS RURAIS E AS INTERAÇÕES SOCIAIS FRONTEIRIÇAS

Na região de fronteira Brasil-Bolívia, no Município de Cáceres-MT, existem atualmente, sete assentamentos de Reforma Agrária, cada um com suas especificidades e em diferentes estágios de desenvolvimento, são eles:

Quadro 01. Assentamentos que compõem o Território da Fronteira Brasil-Bolívia, em Cáceres-MT.

Assentamentos	Município	Distância de Cáceres (Km)	Nº. de Famílias
Sapicuíá	Cáceres	95	39
Rancho da Saudade	Cáceres	105	47
Nova Esperança	Cáceres	105	49
Katira	Cáceres	110	48
Jatobá	Cáceres	115	30
Corixo	Cáceres	130	74
Bom Sucesso	Cáceres	145	14

A área territorial desses assentamentos é de 11.992,00 hectares, ocupados por aproximadamente 300 famílias, distribuídas em lotes parcelados e de diferentes tamanhos (variam de 05 a 25 hectares por família). Segundo Silva, Almeida e Kudlavicz (2012), esses assentamentos rurais, criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), são em sua maior parte, resultado de pressões dos movimentos sociais de luta pela terra no Mato Grosso e adotados oficialmente como meta/solução pelo Governo para a sempre adiada Reforma Agrária.

Os dados coletados através de questionário semiestruturado continha questões culturais e socioeconômicas que envolvem a vida e a luta na terra; tais como os tipos de recursos disponíveis para acessarem individual e coletivamente (escola, posto de saúde, poços artesianos, rede de energia, ponto de ônibus, plantações e criações) no território, aspectos da cultura (tipo de comida, música, artesanato, bebida, festividades), relações com a fronteira e com os bolivianos, entre outras. As entrevistas foram realizadas nas residências dos camponeses, abrangendo todos os membros da família. Assim sendo, no assentamento Corixinha foram oito (8) famílias entrevistadas, no assentamento Jatobá foram nove (9) famílias, no assentamento Nova Esperança foram vinte e quatro (24) famílias, no assentamento Rancho da Saudade foram vinte e uma (21) famílias e no assentamento Sapicuíá foram doze (12) famílias entrevistadas.

Os dados levantados indicam que estas famílias são oriundas de várias localidades do Estado de Mato Grosso e de fora dele, tais como São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Alagoas, Paraná, Goiás, Paraíba, entre outras. Esses camponeses assentados possuem idade que varia entre 28 e 69 anos e, em sua maioria, não completaram o ensino básico. A maioria destas famílias tem “tradição” com a terra, ou seja, em algum momento de sua trajetória migrante já lidaram com o cultivo na terra. Estas famílias, em sua grande maioria, desenvolvem as atividades no lote de forma individual, utilizando exclusivamente a força de trabalho familiar.

Observou-se nas unidades de produção uma infinidade de produtos agrícolas: mandioca, milho, café, cana, horta (legumes e tubérculos), pomar (banana, abacaxi, mamão, melancia, laranjas etc.) e animais de criação (galinhas, porcos, bezerros, gado, entre outros) que servem tanto para o autoconsumo/subsistência das famílias como também para o trato das criações, sendo que apenas o excedente da produção é comercializado no Brasil e na Bolívia. Situação que corrobora com a análise de Silva, Machado e Ribeiro (2009, p. 10), quando afirma que “[...], a zona de fronteira do Brasil com a Bolívia é um importante espaço de articulação e de comunicação entre as lógicas territoriais dos dois países”.

Contudo, percebe-se que a principal atividade econômica desenvolvida pelas famílias camponesas é a pecuária, com destaque para a produção e venda do leite *in natura* aos laticínios de Cáceres e região. Neste sentido, Almeida (2006), afirma que:

[...] apesar de não proporcionar um retorno financeiro elevado, a criação de gado leiteiro passou a representar a alternativa mais viável para gerar renda para as famílias assentadas, principalmente, porque sua produção é diária, implicando numa entrada mensal ou quinzenal de recursos que ajudam a custear os gastos domésticos e até mesmo subsidiar parte das demais explorações de produção.

Podemos afirmar ainda que as estratégias de resistência para sobrevivência e permanência no lote, desenvolvidas pelas famílias camponesas envolvem a diversificação da produção, o acesso a fontes alternativas de renda (aposentadoria, auxílios governamentais), bem como a realização de atividades não agrícolas, tais como: serviços temporários fora do lote, artesanato, entre outras). Portanto, percebe-se que a renda familiar camponesa, que varia de 01 a 03 salários mínimos, é proveniente da produção agropecuária desenvolvida no dia a dia do lote, como também pelo desenvolvimento de atividades não agrícolas.

Em relação ao acesso aos recursos institucionais, todos responderam que acessam os poços artesianos coletivamente, rede elétrica e as escolas nos assentamentos. Em todos os assentamentos, o problema da falta de água potável está muito presente no cotidiano dessas famílias, limitando inclusive as criações de animais e plantações por faltar água. Sentem uma enorme dificuldade de acessar atendimento à saúde, pois não existem postos de saúde e nem médicos nesses territórios, quando necessitam de algum atendimento precisam vir à cidade de Cáceres ou recorrem ao auxílio dos vizinhos da própria comunidade que usam plantas medicinais e chás para sintomas como dor de cabeça, diarreia e vômito.

Apesar desses entraves que limitam e dificultam a vida no campo, as famílias camponesas criam redes de solidariedade em torno das precariedades vivenciadas e também em torno das relações de trabalho. Geralmente nas atividades de criação de gado ou mesmo plantações, utilizam mão de obra local entre os vizinhos (contratação por dia de trabalho/diária) ou a própria família trabalha (marido, mulher e filhos) para sustento da família, na maioria das vezes.

Ninguém respondeu que contrata imigrantes bolivianos para trabalharem ou auxiliarem nas atividades agrícolas e pastoris. Essa falta de dados mostra que as relações de trabalho em território de fronteira ainda estão “obscuras” sugerindo duas dentre outras possibilidades: a falta de proteção ao trabalho do imigrante que, por não ter relação de trabalho regularizada, tende a ser um trabalho ainda mais precarizado em sua dinâmica de exploração e também pelos estereótipos criados em torno do boliviano como “índio”, “traficante”, “pobre” sem trabalho que atravessa a fronteira em busca de melhores alternativas de sobrevivência e que as pessoas insistem em esconder essa relação com o boliviano, mas que não podem ser descartadas, pois existem e estão a todo tempo sendo reelaboradas.

Sabemos que o conceito de fronteira assim como o de território não se limita ao espaço físico ou geográfico. As abordagens são também políticas, subjetivas (culturais), implicando a existência de gentes, línguas, religiões, festejos, conflitos, relações. Para Cardoso de Oliveira (2010, p.10):

Essas áreas de circulação latino-americana na região do Mercosul são exemplos privilegiados de interação intercultural e interétnica. E isso confere nesses contextos de fronteira, um grau de diversificação étnica que somada a nacionalidade natural ou conquistada de um lado ou de outro da fronteira, cria uma situação sociocultural extremamente complexa.

Trata-se assim de uma configuração marcada pelo processo “transnacional” uma vez que as relações sociais vividas em regiões de fronteira são muito dinâmicas, e existiria uma

ambiguidade de identidades. E o aspecto da nacionalidade não daria conta de manipular todos os elementos da identidade no que tange à proteção em um Estado Nacional (proteção militar), acesso aos recursos desse país (saúde, educação). Situações concretas também burlam e manipulam essa identidade junto a representantes dos respectivos Estados Nacionais. Algumas situações como os casamentos, por exemplo, confirmam redes de solidariedade entre “nacionais” e bolivianos. Uma adaptação sem significar assimilação.

As fronteiras são para Martins (1997) interpretadas muitas vezes como espaços que degradam o “outro”, pois ali se encontram diferentes grupos humanos, em diversas temporalidades, com diferentes culturas e origens sociais e em nome da superioridade de um desses grupos, negam o direito à diferença ao “outro” inspirando práticas de subordinação e inferioridade dos seus portadores, sendo necessário interpretar as relações sociais ali existentes, e compreender os saberes, os valores, as estratégias de sobrevivências, bem como as redes de sociabilidades e solidariedades que circulam num espaço múltiplo.

Para Cardoso de Oliveira (1976) o contato interétnico é um dos fenômenos mais comuns da contemporaneidade e a identidade étnica é ativada em situações peculiares principalmente em casos de conflitos, pois “as relações sociais se dão em termos de submissão e sujeição do indivíduo em relação ao grupo étnico pertencente”. Não temos material nem dados compilados sobre a possível submissão dos bolivianos em relação aos brasileiros em regiões de fronteira ou vice-versa, mas temos indícios de relações que poderiam ser analisadas como no mínimo ambivalentes rompendo com alguns estereótipos do lugar.

Um indício dessa relação é o fato de nos Assentamentos Nova Esperança, Corixinha e na Escola Municipal Marechal Rondon (Destacamento de Fronteira do Corixa) terem crianças bolivianas estudando. Outro indício do que acontece nos assentamentos são as relações de parentesco com os bolivianos e especificamente no assentamento Katira existem duas famílias que assumiram terem parentes bolivianos (casal brasileiros e bolivianos com filhos brasileiros) e que moram no assentamento, ficando perceptíveis essas conexões entre as pessoas que moram em faixa de fronteira com os bolivianos.

Pacheco de Oliveira (1999) esclarece que a identidade pode ser acionada positiva ou negativamente pelas relações estabelecidas entre os grupos étnicos tratando-se de uma expressão simbólica e também política da forma como se percebe esses processos sociais e graus de pertencimento em curso. E, portanto, os dados apontam para indícios de que a “fronteira” étnica está sendo mantida de forma contraditória por laços fluidos, transitórios ora afirmando-se, ora contestando as conexões dos processos de operação identitária com a Bolívia.

Pollak (1992) entende que a identidade se processa simultaneamente na construção da memória, sendo elaborada como uma representação do “eu”, para o “eu” e principalmente, como o “eu” quer ser visto e aceito num determinado grupo. Todavia, não temos controle da aceitabilidade da nossa construção “identitária”, haja vista que não sabemos os valores morais e éticos em que é erigido o “eu” do “outro”, mas nossa construção se baliza próximo das referências de aceitabilidade e credibilidade desse “outro”. Desse modo, o sujeito se constrói e é construído através de relações interpessoais, que se constituem em relações de intercâmbio e transferência, ou seja, este processo da memória e da identidade social são negociáveis e influenciáveis, com forte propensão a mudanças.

Uma outra forma de perceber essa rede de sociabilidades e multiculturalidade que perpassam a fronteira é a respeito das atividades desenvolvidas para sustento e entretenimento das famílias que moram nesses assentamentos. Muitos assentados vão até San Matias (Bolívia) para comprar/vender produtos do seu dia a dia bem como alguns participam de festividades locais (festividades religiosas e bingos) e jogos/campeonatos de futebol. E isso pode ser interpretado como troca cultural com os bolivianos que foi reconhecida pelos próprios

assentados como um aspecto de suas experiências e realidade: no assentamento do Corixinha foi evidenciado por 13,04% dos entrevistados, no assentamento Jatobá 10% dos entrevistados reconhecem essas trocas, no assentamento Nova Esperança 31,42% dos entrevistados, no Rancho da Saudade 24,24% dos entrevistados e no Sapiquá 12,50% reconheceram a existência dessas trocas culturais em território de fronteira e relacionamento com os bolivianos. Isso mostra que essas práticas também produzem velhos e novos estreitamentos dos laços de vivências entre as dezenas de comunidades fronteiriças do Brasil e Bolívia. Significa que as comunidades envolvidas na pesquisa se identificam com esses sentidos e práticas adotadas nos territórios da agricultura familiar em termos culturais.

Hall (2005) entende que o sujeito viva em um espaço “multicultural”, fomentado pelas vicissitudes do mundo cultural “globalizado”, no qual inexistem uma sociedade cultural inerte, intocável. Mas, um universo de culturas que se inter-relacionam e são extremamente influenciáveis. A concepção multiculturalista, ao superar o monismo cultural abre a possibilidade do diálogo intercultural ao superar o “reconhecimento do outro”.

Arruda (2002) trabalha com as representações de fronteira como um local de tráfico, de misérias, violência, moléstias, onde o que é lícito e o que é ilícito coexistem numa relação de reciprocidade. Para além das denominações que já conhecemos e que são constantemente enfatizadas pelo viés da segurança do Estado Nacional a partir de operações do Exército, Gefron, Polícia Militar etc., na definição do que seja fronteira para os assentados nesses territórios (assentamentos de fronteira) temos a seguinte constatação:

- levando em consideração o conjunto das respostas incluindo os que não responderam, temos uma configuração sobre a definição de fronteira que evidencia que 21,37% a consideram como um espaço de trocas culturais com os Bolivianos. 48,72% afirmam que é um lugar de convívio pacífico com as famílias locais. O percentual que avalia que é um lugar precário, difícil de sobreviver é de 6,84% e um lugar perigoso e violento 11,96%. Os que não responderam correspondem a 11,11%. Ao aproximarmos a percepção do território da fronteira como um espaço bom de viver, ao se somar as duas primeiras categorias, constata-se um percentual de 70,10% das respostas. A percepção do espaço da fronteira como forma de vida precarizada associada à violência e ao perigo 18,80% das avaliações.

- na segunda demonstração, quando levamos em consideração o conjunto das respostas excluindo os que não responderam, temos uma configuração sobre a definição de fronteira que evidencia que 24,03% a consideram como um espaço de trocas culturais com os Bolivianos. 54,80% afirmam que é um lugar de convívio pacífico com as famílias locais. O percentual que avalia que é um lugar precário, difícil de sobreviver é de 7,69% e um lugar perigoso e violento 13,46%. Ao aproximarmos a percepção do território da fronteira como um espaço bom de viver, ao se somar as duas primeiras categorias, constata-se um percentual de 78,84% das respostas. A percepção do espaço da fronteira como forma de vida precarizada associada à violência e ao perigo 21,16% das avaliações.

Tanto na demonstração 1 quanto na demonstração 2 o índice de respostas de assentados que veem a fronteira como um lugar “pacífico” supera a visão da fronteira como um lugar violento ou perigoso. Hamel (1998) propõe um modelo pluricultural, em que os atores sociais, tanto das sociedades dominantes como dos povos originários assumiriam as diferenças étnicas e linguísticas como fatores de enriquecimento cultural e como recursos valiosos para as sociedades em geral. Isso nos remete à constatação de que as relações de solidariedade podem estar assumindo um papel preponderante nesse contexto de fronteira e que permite aos camponeses se reproduzirem como classe social.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os dados da pesquisa permitem afirmar que existe uma multiplicidade de territorialidades e relações interétnicas concretizando-se e se tornando inevitáveis nos territórios da fronteira Brasil-Bolívia. Os intercâmbios têm produzido não só o mestiço, o híbrido, mas relações “informais” de solidariedades, recriando os meios de contato e as transferências entre as culturas.

A construção identitária em espaços “multiculturais” está passando por um processo contínuo de significação e ressignificação devido a essas relações de intercâmbio e transferência. Tornando extremamente relevante captar quais práticas e variações étnicas estão sendo conformadas nessas identidades sociais de fronteira, quais aspectos estão sendo negociados e influenciados. A diversidade cultural se traduz em uma ação histórica e social além de cultural que deve assumir-se enquanto tal. As culturas não constituem organizações sociais e simbólicas fechadas em si mesmas.

Segundo Geertz (1998), os atores sociais dão sentido à realidade a partir de suas inserções sociais particulares. A pesquisa de campo na região de fronteira Brasil-Bolívia tem revelado alguns aspectos dessa realidade que ainda não foram profundamente compreendidos; muito dos silenciamentos e estereótipos produzidos e justificados em torno do “imigrante boliviano” começam a ser desconstruídos com abordagens qualitativas como esta, em territórios de fronteira (assentamentos) que tem nos mostrado relações de solidariedade e estratégias de sobrevivência como trocas culturais e casamentos entre os nacionais e os estrangeiros que compõem os espaços fronteiriços de Mato Grosso e da Bolívia.

Outra conclusão provisória está sendo possível a partir dos dados coletados: o da fronteira não como um lugar perigoso e violento, mas como um lugar pacífico, de boas convivências e relações. É óbvio que o lugar revela problemas estruturais como falta de água, estrutura básica de atendimento à saúde, estradas, entre outras; porém não podemos rotular a fronteira apenas como um lugar precário ou violento, mas sim como um espaço de conflitos reais em que seus agentes elaboram também interações sociais de respeito à diferença, de um multiculturalismo que talvez esteja se tornando, nas palavras de Charles Taylor (1994) “a condição da moralidade” nas relações interétnicas ou entre nacionalidades”.

A maior aposta já enunciada por Cardoso de Oliveira (2010, p. 13) e bem provável nas relações que se configuram em territórios de fronteira é que bem antes de nós, eles entenderam que “a consideração pelos outros, indispensável à própria autoconsideração, seria a verdadeira fonte de dignidade do nós”.

Por fim, ressalta-se que, por meio deste estudo, de caráter quali-quantitativo, pretende-se contribuir na geração de informações acerca do campo em Mato Grosso que subsidiem a tomada de decisão e uma melhor adequação das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar camponesa nos territórios de fronteira.

NOTAS

4 A fronteira Brasil-Bolívia compreende uma faixa de aproximadamente 3423,2 km de extensão, dos quais 250 km de território brasileiro estão dentro do município de Cáceres, sob guarnição do 2º Batalhão de Fronteira contribuindo para a segurança nacional através dos Destacamentos Militares da Corixa e Fortuna, com atuação no patrulhamento e manutenção dos marcos de fronteira na área considerada “Zona Neutra” – faixa correspondente e a 25 metros para o lado brasileiro e 25 metros para o lado boliviano, a partir do marco divisório (JANUÁRIO, 2004).

5 Os municípios que compõem o Pantanal Norte Mato-grossense são: Barão do Melgaço, Cáceres, Curvelândia, Itiquira, Lambari D'Oeste, Nossa Senhora do Livramento, Poconé e Santo Antônio do Leverger.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. A. **Recriação do campesinato, identidade e distinção**: a luta pela terra e o habitus de classe. São Paulo: UNESP, 2006.
- ARRUDA, Adson de. **Imprensa, vida urbana e fronteira: a cidade de Cáceres nas primeiras décadas do séc. XX (1900-1930)**. Mestrado (Dissertação em História). UFMT, 2002.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- _____. **Os (des) caminhos da identidade**. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1733.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2015.
- GEERTZ, C. **O saber local**: fatos e leis em uma perspectiva comparativa. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FELICIANO, C. A. **Movimento camponês rebelde**: a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracica Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HAMEL, R. E. **Políticas de linguagem e estratégias culturais em educação indígena**. Oaxaca: Instituto Estadual de Educação Pública, 1998.
- JANUÁRIO, E. R. da S. **Caminhos da fronteira**: educação e diversidade em escolas da fronteira Brasil-Bolívia (Cáceres-MT). Cáceres: Unemat, 2004.
- MARTINS, J. de S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre; Rio de Janeiro: UFRGS/CPDA, 1999.
- MEDEIROS, L. S. de; SOUSA, I. C. de; ALENTEJANO, P. R. R. O promissor Brasil dos assentamentos rurais. **Revista Proposta**. n. 77, p. 54-63, jun./ago. 1998.
- MORENO, G. **Território e poder em Mato Grosso**: política e mecanismos de Burla 1892-1992. Cuiabá; Entrelinhas, 2007.
- NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária). **DATALUTA**: banco de dados da luta pela Terra. Presidente Prudente: FCT/ UNESP, 2008.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. Uma etnologia dos índios misturados: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: PACHECO DE OLIVEIRA, J. (org). **A viagem da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- SILVA, T. P.; ALMEIDA, R. A.; KUDLAVICZ, M. Os assentamentos rurais em Cáceres-MT: espaço de vida e luta camponesa. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros: Seção Três Lagoas**. Três Lagoas: AGB, 2012, p. 62-82.
- SILVA, L. P. B. da; MACHADO, L. O.; RIBEIRO, L. P. Fronteira Brasil Bolívia: interações e características do espaço fronteiriço. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideo. **Anais...** Montevideo, 2009.
- TAYLOR, C. **Multiculturalismo**: a diferença é a democracia. França: Aubier, 1994.